

Superior Tribunal de Justiça

EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.371 - DF (2007/0246002-1)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS EM
EDUCAÇÃO NO AMAPÁ
ADVOGADO : ELIZABETE SANTOS DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -
AP000444
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : ROSILDA PALHETA MORA
INTERES. : RITA NASHLAN SANTOS CARVALHO BARRIGA
INTERES. : IRENE GILSON BARBOSA
INTERES. : SILVIO MORAIS DOS SANTOS
INTERES. : ALESSANDRA DO NASCIMENTO RODRIGUES
INTERES. : MIGUEL PAIXÃO DE LIMA RODRIGUES
INTERES. : ELVIRA E SOUZA AGUIRRE
INTERES. : MARIA DEUZUITE ALMEIDA BARBOSA
INTERES. : MARIA DE FÁTIMA PENA DOS SANTOS
INTERES. : ALISON VIEIRA DOS SANTOS
INTERES. : KLEVERSON JHONNATHAN QUEIROZ DE OLIVEIRA
INTERES. : KERLLESON FERNANDO WILDSON QUEIROZ OLIVEIRA
INTERES. : KETLLEN LUZIA QUEIROZ DE OLIVEIRA
INTERES. : GERMAN JAVIER LOO LI
INTERES. : RAIMUNDO ARRELIAS
INTERES. : TAMICO KITAZONO ANTUNES MOREIRA
INTERES. : MANOEL JOSÉ FERREIRA PALMERIM
INTERES. : AMANDA REGINA NERY MARTEL
INTERES. : JESSICA REGINA NERY MARTEL
INTERES. : ALFREDO MACIEL DOS SANTOS
INTERES. : MANON YASMIN DOS SANTOS RAMOS
INTERES. : NORNY JULLY NUNES DA SILVA
INTERES. : SHIRMENNY MARÍLIA NUNES DA SILVA
INTERES. : LAURIZIA SENA CARVALHO
INTERES. : MARGARETE DOS SANTOS

DECISÃO

Apresentados os cálculos pela Coordenadoria de Execução Judicial (CEJU), elaborados com base no julgamento dos embargos, foram expedidas as requisições de pagamento (fls. 205-206), exceto em relação a SHYRMENNY MARILIA NUNES DA SILVA, por divergência de nome (fl. 207).

Intimada a regularizar a situação, a exequente não se manifestou no devido prazo.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

Com a expedição das requisições de pagamento, ocorreu o esgotamento da prestação jurisdicional.

A resolução da pendência nestes autos depende de diligência da parte interessada em apresentar documento que justifique a divergência de nome indicada pela CEJU.

Diante do exposto, determino o arquivamento dos autos, com a ressalva de que poderão ser reativados desde que apresentada a documentação necessária no prazo legal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de setembro de 2019.



Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção